



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETARIA
FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO PARÁ

ATA da décima primeira reunião do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DO PARÁ. Data: 18 de outubro de 2010 - horário: 09h30 às 13h30. Local: Auditório da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Rua do Una, nº 156, Bairro Telégrafo, Belém-PA.

01 Aos dezoito dias do mês de outubro de 2010, às 09h30, deu-se início à décima primeira reunião
02 ordinária do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO
03 ESTADO DO PARÁ, no Auditório da Universidade do Estado do Pará (UEPA), sito à Rua do Una,
04 nº 156, Bairro Telégrafo, Belém-PA. Estiveram representadas na reunião as seguintes instituições:
05 Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), na pessoa do Prof. Licurgo Peixoto de Brito,
06 Coordenador Estadual do PARFOR-PA, neste ato representando o Secretário de Estado de Educação
07 do Pará e Presidente do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado do
08 Pará, Prof. Esp. Luís Carlos Barbosa Cavalcante; Sr. Adi Balbinot Júnior (CAPES/MEC); Profa.
09 Dra. Helena de Freitas (CAPES/MEC); Universidade Federal do Pará (UFPA), Prof. Dr. Mauro
10 Alves Magalhães, e Profa. Dra. Josenilda Maués da Silva; Universidade Federal Rural da Amazônia
11 (UFRA), Prof. Dr. Orlando Tadeu Lima de Souza e Profa. Dra. Janae Gonçalves Martins;
12 Universidade do Estado do Pará (UEPA), Profa. Dra. Maria das Graças da Silva, Prof. Msc.
13 Neivaldo Oliveira e Profa. Msc. Glória Rocha; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA),
14 Profa. Msc. Terezinha de Jesus Dias Pacheco; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
15 do Pará (IFPA), Profa. Msc. Ana Cássia Sarmento Ferreira; Associação Nacional pela Formação dos
16 Profissionais da Educação (ANFOPE), Ana Rosa Peixoto de Brito; União Nacional dos Conselhos
17 Municipais de Educação (UNCME/PA), Prof. Francisco Williams Campos; Conselho Estadual de
18 Educação (CEE/PA), Sr. Leônidas dos Santos Martins, vice-presidente. Como
19 participantes/colaboradoras: Profa. Hildete Costa e Profa. Esp. Máira Carvalho, Profa. Glaucia Baia,
20 Técnica Janete Messias, pertencentes à equipe do PARFOR-PA. Também estiveram presentes
21 representantes de várias Prefeituras dos municípios que compõem o Estado do Pará. Não
22 participaram da reunião: Sindicato dos Pedagogos do Estado do Pará (SINPEP), Sindicato dos
23 Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP) e União Nacional dos Dirigentes
24 Municipais de Educação (UNDIME). O Prof. Licurgo deu as boas vindas aos membros do Fórum e
25 demais convidados e participantes; justificou as ausências do Prof. Luís Cavalcante, presidente do
26 Fórum, e da Profa. Ana Lúcia Santos, vice-presidente do Fórum; e respaldado pelos membros do
27 Fórum assumiu a presidência da mesa de trabalho da reunião, chamando para compor a referida
28 mesa a Magnífica Reitora da Universidade do Estado do Pará, Profa. Dra. Marília Brasil e os
29 membros integrantes do Fórum. Em seguida franqueou a palavra à Magnífica Reitora que fez as
30 honras da casa aos membros do Fórum e aos gestores municipais presentes, reafirmando o
31 compromisso da Universidade do Estado do Pará (UEPA) com o Plano de Formação Docente do
32 Estado do Pará e desejando a todos um ótimo dia de trabalho. Em seguida pediu desculpas por não
33 poder permanecer na reunião, dado outros compromissos relativos à UEPA que haviam sido
34 assumidos anteriormente. Após o pronunciamento da Magnífica Reitora, o Prof. Licurgo fez a leitura
35 da pauta, assim composta: (1) Comunicações; (2) Proposições; (3) Ordem do dia, composta pelos
36 itens: 3.1. Leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária do dia 11 de setembro de 2010; 3.2.
37 Discussão a respeito das vagas ociosas; 3.3. Debate sobre a questão da evasão acadêmica; (4) O que
38 ocorrer. **(1) Comunicações:** A Profa. Helena (CAPES/MEC) pronunciou-se agradecendo a

39 oportunidade de participação na reunião, ressaltando a importância da presença dos representantes
40 de algumas das Secretarias Municipais de Educação (SMEs), fundamental para a sintonia com os
41 municípios, o que ajuda a encurtar as distâncias e corrigir os dilemas apresentados nesse processo
42 que vem ocorrendo não só no Pará, mas em todo o Brasil, de maneira que seja possível qualificar a
43 oferta para 2011. Informou que ocorrerá, em Brasília, uma reunião prevista para novembro, na qual
44 estarão reunidos para discutir as demandas para 2011, além de debater a respeito da evasão e das
45 vagas ociosas. Ela disse que é pertinente, nesse processo, encontrar os motivos da evasão, ou seja, o
46 porquê dos professores não conseguirem se manter nos cursos ofertados. Identificar essa questão é
47 fundamental para que no planejamento de 2011 se possa avançar. Na formação continuada, os cursos
48 deverão iniciar agora no segundo semestre de 2010. Ainda sobre a formação continuada, informou
49 que existe uma demanda no PAR que precisa ser identificada para termos uma visão mais geral, por
50 isso é importante ir aos pólos para se conhecer melhor o funcionamento e articular as ações. Afirmou
51 que as necessidades ainda são as mesmas de 2007/2008 e que ainda se apresentam fragmentadas.
52 Nesse contexto, para os municípios fica difícil entender seu papel e arcar com a parceria, por isso é
53 preciso fazer essa costura, considerando que os municípios e os estados já fazem. O Prof. Licurgo
54 informou sobre os mecanismos de divulgação dos resultados dos processos seletivos e da dificuldade
55 da informação chegar aos sujeitos interessados, o que tem exigido o melhoramento do fluxo da
56 informação. Nessa perspectiva, a Coordenação Estadual do PARFOR-PA, no segundo semestre de
57 2010 retomou as visitas *in locu*, a oito municípios do Sul do Pará (Marabá, Redenção, Santa Maria
58 das Barreiras, Conceição do Araguaia, Pau D'arco, Santana do Araguaia, Rio Maria e Floresta do
59 Araguaia) com a finalidade de tratar com Secretários, técnicos em educação, professores-alunos e
60 coordenadores de pólo, assuntos referentes ao auxílio-formação, funcionamento de pólo, andamento
61 dos cursos, dentre outros; o que tem sido muito produtivo. No que se refere à formação continuada, o
62 mecanismo utilizado tem sido as reuniões, devido à necessidade de ampliação desse debate com
63 outros atores estaduais envolvidos no processo. Comunicou ainda, que em reunião com as CAPES
64 realizada nos dias 13 e 14/10/10 foi anunciado que a abertura das pré-inscrições para o período
65 Seletivo 2011/01 da Formação Inicial está prevista para o mês de outubro. Quanto à Seleção
66 2010/02, informou que o listão dos professores selecionados foi divulgado no dia 27 de setembro
67 através dos sites: <http://www.seduc.pa.gov.br>; <http://www6.seduc.pa.gov.br/planodeformacao/>; e e-
68 mails encaminhados as SMEs e que as instituições já haviam publicado os editais com as chamadas
69 desses professores para habilitação. Posteriormente, as vagas ociosas serão preenchidas através de
70 repescagem. A Profa. Ana Rosa (ANFOPE) falou do Encontro Nacional da ANFOPE que acontecerá
71 em novembro, em Caldas Novas/MG, no qual uma das mesas de debate diz respeito ao que o Fórum
72 vem debatendo e contará com a participação da Profa. Helena (CAPES/MEC). Evidenciou que o
73 Pará tem visão diferenciada sobre o processo de formação continuada, portanto é importante
74 estarmos representados. A Profa. Graça (UEPA) saudou os presentes e fez uma breve explanação
75 sobre o Fórum para que os presentes pudessem entender o caráter dessa reunião ampliada. O Sr. Adil
76 (CAPES) saudou os presentes e informou que nesse ato estava representando o Prof. Dr. Celso Costa
77 (CAPES); enfatizou a fala da Profa. Graça (UEPA) evidenciando que internamente a CAPES já está
78 discutindo as questões que permeiam a formação continuada, pois já existe ideia do mestrado em
79 Matemática proposto pela Universidade do Estado do Pará. Encerradas as comunicações, o Prof.
80 Licurgo passou para o próximo item da pauta. **(2) Proposições:** O Prof. Licurgo propôs a inclusão
81 das seguintes pautas: 3.4. Validação de docentes fora de sala de aula; 3.5. Pós-graduação *stricto*
82 *sensu*, já pautada anteriormente, inclusive com uma minuta de texto já à disposição dos membros do
83 Fórum para apreciação e manifestação enviada por e-mail; 3.6. Continuidade do Programa de
84 Formação Inicial e Continuada a partir de 2011, considerando a mudança de gestão governamental
85 em processo nas esferas estadual e federal; 3.7. Planejamento da oferta 2011. As proposições
86 apresentadas foram aceitas por unanimidade. **(3) Ordem do dia: 3.1-** Leitura e aprovação da Ata da
87 10ª Reunião Ordinária do dia 11 de setembro de 2010. O Prof. Licurgo ressaltou que o referido
88 documento foi encaminhado por e-mail a todos os membros do Fórum e, portanto, dispensável a
89 leitura naquele momento; consultou os membros quanto às sugestões de alteração na ata, como não

90 houve manifestações a mesma foi aprovada por unanimidade e encaminhada para assinatura. 3.2-
91 Discussão a respeito das vagas ociosas: O Prof. Licurgo disse que esse ponto já esteve em discussão
92 em outros momentos, mas é necessário retomá-lo para que seja cuidadosamente discutido. Destacou
93 dois fatores que, segundo ele, influenciam no não-preenchimento das vagas ofertadas: (a)
94 informação sobre a agenda da pré-inscrição nem sempre chega ao sujeito que precisa se inscrever.
95 Afirmou que a demanda existe, pois está mapeada tanto na Base de Informação sobre Professores da
96 Educação Básica da Rede Pública do Pará (BIP) quanto no Educacenso, porém o professor não se
97 apresenta para a habilitação; (b) professores pré-inscritos, por mudanças de perspectivas, quando
98 selecionados e chamados para habilitação não demonstram mais interesse. A Profa. Terezinha
99 (UFOPA) saudou os membros da mesa e todos os presentes, e disse que esse assunto é de
100 fundamental importância, porque no caso da UFOPA, no que se refere ao pólo de Santarém (PA),
101 muitas vagas ficam ociosas, sendo necessária a repescagem. As turmas foram preenchidas através da
102 repescagem, devido os alunos selecionados não terem comparecido para fazerem a habilitação;
103 diante disso houve um consenso entre os professores que ministram disciplinas nos cursos ofertados
104 pela UFOPA que, ao iniciar as aulas, apenas professores-alunos com uma semana de falta seriam
105 aceitos. Note-se que a falha na comunicação com os professores-alunos selecionados no processo
106 seletivo 2010/02 fez com que fosse registrada uma ociosidade de vagas muito grande, pois das 250
107 vagas ofertadas, somente 170 professores-alunos foram habilitados e encontram-se frequentando as
108 aulas. Enfatizou, ainda, que a orientação do MEC é que as turmas tenham, no mínimo, 25 alunos; no
109 entanto há turmas funcionando com menos alunos. A questão é como justificar o funcionamento
110 dessas turmas. Sugeriu que fosse feita uma segunda chamada para esses alunos, em função da
111 complexidade geográfica da região e da inexistência em algumas localidades, de energia elétrica,
112 fundamental ao acesso a internet. A Profa. Helena (CAPES/MEC) fez algumas considerações a
113 respeito da questão da evasão ao evidenciar que é necessário identificar as reais demandas e
114 questionou dois pontos: (i) o não comparecimento dos professores para proceder à matrícula; (ii)
115 como o fórum poderia fomentar o movimento de comunicação para levar o professor a sala de aula
116 da formação inicial; a conjugação desses esforços (Fórum/SMEs) fará com que as informações
117 cheguem na ponta. O Prof. Licurgo fez referências à fala da Profa. Helena evidenciando que no
118 processo Seletivo 2010/01, o índice de vagas ociosas foi baixo, mas mesmo assim, não é desejável
119 considerando a demanda de formação inicial aparente. Outra questão referente à ociosidade de vagas
120 diz respeito aos fatores dos quais ela é decorrente. Muito provavelmente o planejamento das IPES
121 não entrou em ação ainda, porque quando se ofertou o primeiro grupo de vagas em 2009, não se
122 sabia a demanda real, ou seja, o candidato que realmente precisa e quer cursar a formação inicial ou
123 a segunda licenciatura. Evidenciou que o "precisar" é possível de ser observado no nível de
124 formação de professores e aferir, mas o "querer" não há como. Portanto, a primeira oferta foi feita
125 com base na necessidade registrada. O que não é real, porque nem tudo o que é real está registrado
126 nos dados oficiais. Somente a partir do 1º semestre de 2010, começamos a trabalhar com o BIP, na
127 perspectiva de trabalharmos com uma demanda "real". Assim, os esforços enveredados pelas SMEs
128 estão sendo fundamentais e hoje temos 58 mil professores cadastrados de um universo de,
129 aproximadamente, 70 mil. Dessa maneira, é preciso qualificar melhor as informações para que
130 possamos planejar as ações relativas ao Plano de Formação Inicial e Continuada. O Prof. Orlando
131 Tadeu (UFRA) disse que num sistema é muito difícil assumir 100% dos professores. Alguns pontos
132 foram levantados em Santarém, como o fato da dificuldade do professor se deslocar ao município
133 onde ocorre aula; outros não foram liberados pelas suas secretarias para poder frequentar as aulas;
134 também é preciso verificar a questão da motivação do professor pela formação inicial; levantar a
135 questão do incentivo financeiro, pontos que devem ser inseridos no debate a fim de apontar
136 caminhos para dirimi-los. Outro ponto que é necessário pensar é a questão da dilatação do período
137 entre a matrícula e o início da aula para então proceder à repescagem. A Profa. Graça (UEPA) disse
138 que a intervenção dela vai em direção a fala do Prof. Tadeu, pois a questão da motivação do
139 professor-aluno é, aparentemente, fácil, mas quando este se defronta com uma série de situações que
140 chamamos de condições objetivas, como manutenção dos locais de funcionamento das turmas,

141 incentivo das prefeituras no que se refere aos deslocamentos e estadias, compensação financeira
142 sinalizada com aumento de remuneração motivado pela graduação, implantação do plano de cargos e
143 salários etc., e questões que são ligadas diretamente às IPES; conseqüentemente, isso se torna cada
144 vez mais difícil. Outra discussão é a questão do piso salarial, que é de cunho econômico, pois passa
145 pela forma como os municípios estão usando o FUNDEB. Já a segunda licenciatura não tem um
146 ganho salarial. É preciso ter muita motivação interior para continuar, portanto, vai pesar muito a
147 relação custo/benefício, tanto para o professor-aluno como para os gestores municipais. Há a questão
148 da carreira, que exige sinalização de novos ideais a esses professores que se formam. A portaria do
149 MEC que cria os fóruns e os regimentos também diz que esses, juntos com as SMEs, criariam
150 grupos de trabalho. O Pará tem uma situação muito especial que é a situação geográfica. O Pará fez
151 aulas presenciais, porque é fundamental o apoio do docente acompanhando a turma, para não
152 abandonar os professores-alunos, porque precisam de apoio coletivo. O Prof. Leônidas (CEE), ao
153 manifestar-se sobre as vagas ociosas, falou que há um grande número de pedidos de validação de
154 escola no Conselho Estadual de Educação (CEE), paralisados porque o quadro docente precisa estar
155 regulamentado. Ocorre que na grande maioria os professores encontram-se em disfunção, portanto, o
156 professor precisa estar condizente com a função para que a escola seja regulamentada. Essa situação
157 rebate nas redes de ensino. A Profa. Josenilda (UFPA) sugeriu como encaminhamento o refinamento
158 desse conjunto de informações para que atendamos somente a demanda que realmente precisa e
159 quer; ressaltou que há no interior da UFPA um movimento que trata cuidadosamente dos projetos
160 pedagógicos, dado que são ofertados cursos de licenciatura para uma clientela específica. Em
161 seguida, o Prof. Licurgo fez um resumo das proposições feitas: I) refinamento das informações; II)
162 Melhoramento do fluxo das informações – pautado para a reunião do dia 19; III) Encontros
163 regionalizados com os professores-alunos. No tocante às proposições apresentadas pela professora, o
164 Prof. Licurgo informou que o primeiro seminário, foi direcionado às IPES e seus professores
165 formadores, e que já tem a proposta de realização do segundo, o qual terá como foco principal os
166 professores-alunos do PARFOR. Esse segundo seminário ocorreria em novembro do ano em curso,
167 mas por questões institucionais foi adiado para o primeiro semestre de 2011. **3.3 – Debate sobre a**
168 **questão da evasão acadêmica.** O Prof. Mauro (UFPA) falou que o tema “vagas ociosas” e “evasão”
169 se misturam em alguns momentos e, reafirmou a importância que a monitoria prestada pelos alunos
170 das licenciaturas regulares aos professores-alunos do PARFOR-PA poderia ter papel importante na
171 redução da evasão. Para a Profa. Terezinha (UFOPA) a concessão de casas de apoio a esses
172 professores é um fator a se considerar, pois há muitos destes que não tem como se hospedar no
173 município pólo. Outro fator que relacionou como causa da evasão foi a situação de muitos
174 professores-alunos, como é o caso de professores da época da várzea, que precisam deixar a sala de
175 aula, mas que para isso tem que pagar outra pessoa para substituí-lo. A Profa. Ana Cássia (IFPA)
176 falou que o Instituto tem estudado a questão da evasão, e recebido relato de professores que tiveram
177 elevados para arcar com os deslocamentos nos período das aulas presenciais. Isto porque algumas
178 prefeituras dão apoio e outras não. Questionam a falta de auxílio e a dificuldade de serem liberados
179 na sexta e/ou na segunda-feira para o retorno aos municípios de origem. A Profa. Josenilda (UFPA)
180 falou que, do ponto de vista pedagógico, é necessário investir na formação do professor formador,
181 pois é preciso sensibilizá-lo para essa situação, a de que os professores-alunos do PARFOR-PA estão
182 precisando de apoio, pois são inúmeras as dificuldades enfrentadas para assegurar o retorno e a
183 permanência em sala de aula, apesar de todos os esforços enveredados para esse fim; há que se fazer
184 ajustes entre os calendário das universidades e os calendários da redes estadual e municipais; é
185 preciso se organizar e planejar para garantir que as prefeituras assegurem apoio efetivo. Após a fala
186 da Profa. Josenilda, o presidente da mesa anunciou a participação na reunião ampliada do Fórum das
187 convidadas especiais da CAPES, representando a Diretoria de Educação Básica. Ao fazer uso da
188 palavra a Profa. Ana Rosa (ANFOPE) falou que se sente contemplada pela fala da Profa. Josenilda, e
189 complementou que dada a diversidade do Estado, é complicado unificar os períodos de aula.
190 Portanto é preciso haver um comprometimento das SMEs; o município precisa assumir o seu
191 professor-aluno de modo que este possa concluir seus estudos; é a qualidade profissional em jogo. O

192 Prof. Orlando Tadeu (UFRA) lembrou aos técnicos, Secretários e gestores municipais presentes na
193 reunião ampliada do Fórum a importância destes momentos de discussão, pois proporcionam o
194 debate e apontam soluções para questões que permeiam a operacionalização dessa política no Pará.
195 O professor-aluno do PARFOR precisa de incentivos para dar continuidade aos seus estudos e,
196 conseqüentemente, com sua permanência na rede qualificar a formação do alunado da rede pública
197 de ensino. Após as várias explanações, o Prof. Williams (UNCME/PA) evidenciou que esses debates
198 deveriam ter sido feitos depois da reunião com as prefeituras e SMEs que acontecerá amanhã
199 (19/10/10) porque assim já viriam proposições para o fórum deliberar. Com relação à proposta de
200 bolsas de monitoria que o Prof. Mauro da UFPA sugeriu, lembrou que essas seriam financiadas com
201 recursos do PARFOR da própria instituição formadora, e fez referência à observação feita pela
202 Profa. Alba (MEC), que já colocou em evidência a preocupação com o fato de que o PTA das IPES
203 não suporte esse tipo de atividade, e indagou se haveria a possibilidade de um aditamento ao PTA
204 para formalizar isso. O Prof. Mauro (UFPA) ressaltou que o monitor não substitui o docente e não
205 assume regência de classe. **3.4- Validação dos docentes que estão fora de sala de aula:** O Prof.
206 Licurgo explicou a situação de docentes que estão em cargos administrativos e não podem se
207 inscrever na Plataforma Freire, os quais não podem ser acolhidos como pré-inscritos. Nestes casos
208 ainda há dúvida sobre o que fazer. A Profa. Helena (CAPES/MEC) disse que são necessários
209 esclarecimentos, pois há que se estabelecer de que cursos de licenciatura se fala. Os que estão
210 somente em cargos administrativos não podem tirar vaga de professores que estão em exercício e
211 não estão conseguindo apoio dos seus sistemas. Professores em cargos administrativos já tem
212 liberação de sala de aula, tem condição melhor, até pelo cargo que ocupam. O Prof. Licurgo, ao falar
213 da questão do professor readaptado, isto é, aquele que foi remanejado da sala de aula para outros
214 departamentos e tomando como referência a fala da Profa. Helena, disse que nesse caso não pode
215 haver precipitação, a idéia é que seja feito um estudo sobre esses casos especiais que estão demandando
216 ingresso na Plataforma Freire. **3.5 – Proposta de incentivo de pós-graduação em nível *stricto sensu*.**
217 O Prof. Licurgo falou que somente esta manhã foi possível passar o documento sobre a proposta. A
218 Profa. Graça (UEPA) propôs que esse documento seja lido, e seja incluído como item na pauta da
219 próxima reunião. A Profa. Helena (CAPES/MEC) se pronunciou dizendo que os programas
220 existentes precisam ser expandidos considerando a atuação do professor em sala de aula e levantou
221 duas questões: a) as áreas de formação a serem propostas; b) o caminho até o mestrado profissional
222 para que possamos olhar efetivamente para a escola pública de educação básica. A Profa. Graça
223 (UEPA) propôs que a Profa. Helena elaborasse um documento problematizando a questão da pós-
224 graduação *stricto sensu*. Em seguida o Prof. Licurgo lembrou alguns pontos da minuta de documento
225 que trata sobre o assunto, disponibilizada aos membros do Fórum, mesmo assim há necessidade
226 desse subsídio a ser apresentado pela Profa. Helena (CAPES/MEC), a qual concordou em fazer a
227 sistematização. O presidente da mesa lembrou os itens da pauta, ainda, em aberto (itens 3.6 e 3.7) e a
228 necessidade de manifestação dos presentes e sugeriu que passassemos para o item **3.7 –**
229 **Planejamento da oferta 2011/01, pela importância do tema.** O Prof. Licurgo apresentou um breve
230 cenário das ofertas para a seleção 2011/01 e lembrou que no geral esse planejamento passa pelo
231 Fórum, mais especificamente pelo Comitê Interinstitucional, mas é necessário termos uma visão de
232 como esse processo ocorre. Para 2011/01 a oferta foi apresentada tomando como referência a
233 demanda expressa no BIP e a de inscritos para o segundo semestre de 2010 da Plataforma Freire.
234 Evidenciou a coerência adotada pelas IPEs na formatação de suas ofertas. Ao finalizar sua
235 explanação sobre o tema, disse que apesar dos cuidados esse processo ainda é passível de erros. O
236 Prof. Licurgo, explicou aos presentes que o Comitê Interinstitucional é responsável pelos
237 encaminhamentos diários resultantes das deliberações do Fórum Estadual Permanente de Apoio à
238 Formação Docente no Pará e franqueou a palavra aos participantes da plenária para manifestação
239 sobre os temas tratados. A Profa. Norma Coelho, Secretária de Educação de Terra Santa, ao se
240 manifestar, evidenciou que no momento da oferta dos cursos, a informação que tinham era de que as
241 aulas aconteceriam no período de férias dos professores, porém estas estão ocorrendo no fim de
242 semana e nas férias, o que contribui significativamente para a evasão; somando-se a isso existem os

243 custos pessoais com deslocamentos, principalmente para os professores-alunos com turmas ofertadas
244 foram de seu domicílio. As informações chegam muito em cima da hora; o material didático é
245 emprestado para o aluno e ao final da aula são devolvidos às IPES e citou como exemplo o caso de
246 Santarém, onde houve remarcação do local de funcionamento dos cursos ofertados pela UFOPA.
247 Essa situação representou um entrave para o professor-aluno, pois este, com o intuito de economizar,
248 aluga casa próximo da escola. Então, com a remarcação, vem a necessidade de pagar o
249 deslocamento, uma vez que a escola fica muito distante. A Profa. Sônia, Secretária Municipal de
250 Educação de Viseu, agradeceu a oportunidade de participação nesta reunião e parabenizou a idéia de
251 chamar as SMEs para o debate. Registrou e propôs que nos próximos encontros também fossem
252 convidados os secretários de finanças dos municípios. Disse da necessidade de que se estabeleça
253 melhor a responsabilidade da União, do Estado e dos Municípios nesse processo de
254 operacionalização da política de formação em nosso Estado. O presidente da mesa parabenizou as
255 professoras pelos temas abordados e enfatizou que a Secretária do Município de Viseu já deu
256 andamento ao Termo de Compromisso para custeio do auxílio formação aos professores daquele
257 município; explicou que não há recurso do MEC sendo repassado para as prefeituras para pagamento
258 de auxílio formação como está sendo comentado em alguns municípios e passou para a próxima
259 pauta. **(4) O que ocorrer.** O presidente da mesa, lembrando o adiantamento da hora, consultou os
260 membros do fórum e sugeriu aos participantes que algumas das perguntas feitas pela planária, como:
261 funcionamento do BIP, fluxo de comunicação com as SMEs e relacionadas oferta de cursos para
262 seleção 2011/01, dentre outras registradas fossem remetidas para reunião do dia 19/10/10, pois já
263 estão contempladas na pauta, o quem foi aceito. Assim, não havendo mais nada a tratar, o Prof.
264 Licurgo agradeceu a presença de todos informando que a próxima reunião ocorrerá no dia 12 de
265 novembro de 2010 (sexta-feira), às 9:00h, no IFPA, que será a instituição anfitriã; deu por encerrada
266 a reunião e nós, Janete Messias dos Santos e Máira Carvalho de Carvalho, lavramos a presente ata.

Nº	INSTITUIÇÕES	NOME DO REPRESENTANTE	ASSINATURAS
1	COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANO DE FORMAÇÃO DOCENTE - PARFOR-PA	Licurgo Peixoto de Brito	
2	MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO - MEC	Helena de Freitas	
3	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE	Roberto Ferraz Barreto	
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA	Marlene Medeiros Rodrigues de Freitas	
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA	Márcio Lima do Nascimento	
6	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA	Maria das Graças da Silva	
7	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA	Janae Gonçalves Martins	
8	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA	Ana Cássia Sarmanho Ferreira	
9	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA	Terezinha de Jesus Lima Pacheco	
10	UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - UNCME/PA	Francisco Willams Campos Lima	
11	ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE	Ana Rosa Peixoto de Brito	